

Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres¹

Ana Luísa de Marsillac Melsert^{II}
Ana Mercedes Bahia Bock^I

Resumo

Esta pesquisa investigou a dimensão subjetiva da desigualdade social, por meio do estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres da cidade de São Paulo. Compreendemos que as desigualdades sociais brasileiras constituem fenômeno social complexo, que deve ser entendido tanto na sua dimensão objetiva quanto na subjetiva. Ao investigar a dimensão subjetiva desse fenômeno, buscamos dar visibilidade à presença de sujeitos que não são mera consequência da realidade social desigual, e sim sujeitos ativos, os quais constituem essa realidade e são, simultaneamente, constituídos por ela. Utilizamos como instrumentos duas redações acerca da temática do projeto de futuro: a primeira perguntando ao sujeito a respeito de seu futuro; a segunda a respeito do futuro que imagina para um jovem pertencente a uma classe social desigual. Consideramos as redações acerca de projetos de futuro como recursos metodológicos pelos quais podemos apreender a dimensão subjetiva da desigualdade social. Orientados pelo referencial teórico-metodológico da psicologia sócio-histórica, buscamos, nas falas escritas contidas nas redações, elementos de significações – sentidos e significados – dos jovens acerca de si mesmos, na relação com outros desiguais, em uma sociedade marcada por desigualdades sociais. As desigualdades sociais foram naturalizadas pelos jovens, que as justificaram a partir de esforços pessoais e/ou heranças familiares. Destacaram-se significações que valorizam o padrão de vida das elites como modelo a ser alcançado, com correlativa depreciação das camadas pobres. Para além das significações constituídas a partir das falas dos jovens, a dimensão subjetiva da desigualdade social configurou-se no silenciamento desses sujeitos quando solicitados a falar sobre outros desiguais.

I- A presente pesquisa integra o conjunto de produções do grupo de pesquisa Dimensão subjetiva da desigualdade social e suas diversas expressões. O presente artigo resulta da dissertação de mestrado da primeira autora, que recebeu apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de uma bolsa de mestrado

II- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
Contatos: almelsert@gmail.com; abock@pucsp.br

Palavras-chave

Juventude – Projetos de vida – Exclusão social – Riqueza – Pobreza.

The subjective dimension of social inequality: studying life projects of rich and poor young people

Ana Luísa de Marsillac Melsert^I
Ana Mercedes Bahia Bock^{II}

Abstract

This research investigated the subjective dimension of social inequality by analyzing life projects of rich and poor young people. We understand that the social inequalities of Brazil constitute a complex social phenomenon that must be investigated both on its objective and subjective dimensions. By investigating the latter dimension, we aim to highlight the presence of subjects that are not a mere consequence of unequal social reality; they constitute it and, at the same time, are constituted by it. Each participant was asked to write two essays: The first one about his own life project; the second one about the life project of a young person from the other unequal social class. The life-project essays were taken as methodological tools to capture the subjective dimension of social inequality. Guided by the theoretic-methodological perspective of socio-historical psychology, we looked for elements of significance – sense and meaning – of young people about themselves, in the relation with other young people from the unequal social class, in a society characterized by socio-economic inequalities. We realized that social inequalities were naturalized by our subjects and justified by personal efforts or family heritage. We also found an emphasis on significances that valorize the way-of-life of the rich as a model to be followed, and a correlative depreciation of poor social classes. Beyond the significances constituted upon the young people writings, we highlight that the subjective dimension of social inequality is configured on the silence of these subjects about their unequal ones.

Keywords

Youth – Life project – Social exclusion – Richness – Poverty.

I- This study is part of the productions of the research group Dimensão subjetiva da desigualdade social e suas diversas expressões [Subjective dimension of social inequality and its various expressions]. This article presents the findings of the Master's thesis of the first author, who received support from Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) [National Council for Scientific and Technological Development].

II- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

A desigualdade social é uma das marcas mais fortes da sociedade brasileira, tendo se constituído historicamente desde o tempo da colonização (CAMPOS et al. 2004; MEDEIROS, 2005). Apesar de, desde 2004, assistirmos a uma redução da extrema pobreza e da desigualdade de renda no país, o Brasil ainda é um dos países com maiores índices de desigualdade social no mundo e ainda permanece grande a disparidade entre a renda concentrada nas mãos das camadas com os rendimentos mais altos e mais baixos do país (IBGE, 2010; BARROS et al. 2011; POCHMANN, 2011; SOARES, 2011; IBGE, 2012). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2012 atestam isso:

[...] no Brasil, os 10% da população ocupada com os rendimentos mais elevados concentrou 41,5% do total de rendimentos de trabalho, enquanto os 10% com os rendimentos mais baixos detiveram 1,4% do total das remunerações (IBGE, 2012, p. 71).

A desigualdade social, aspecto essencial da realidade social brasileira, constitui-se, então, como tema de alta relevância para teorias críticas nos campos da educação e da psicologia, que buscam entender a existência de camadas ricas e pobres em nossa sociedade, a partir da análise dos seus determinantes e do seu processo de construção histórica. Investigando o fenômeno da desigualdade social a partir do referencial sócio-histórico, partimos do pressuposto de que esse não é constituído apenas por uma dimensão objetiva, que corresponde à divisão de classes em nossa sociedade, mas que também é constituído por uma dimensão subjetiva – as significações produzidas por sujeitos que vivem essas relações divididas e que não são meras consequências desse fenômeno, e sim sua condição.

A referência à divisão em classes em nossa sociedade brasileira atual toma como parâmetro as ideias de Pochmann (2013, p. 158), que considera que a estrutura de classes é uma noção moderna, característica da sociedade

industrial capitalista, na qual a “inserção no mundo do trabalho configurou-se como referência na delimitação constitutiva e de desenvolvimento dos distintos estratos sociais” (p. 158). É, no entanto, o próprio Pochmann (2013) que nos alerta para o fato de que a definição de classe social não deve se restringir ao critério de rendimento. A nosso ver, reúne muitos aspectos que a constituem, como a distribuição desigual no espaço da cidade, a desigualdade de acesso a bens culturais, as diferentes escolas frequentadas pelos sujeitos de diferentes estratos, as diferentes experiências vividas por grupos desiguais. Enfim, são muitas as determinações que constituem o que aqui reunimos como divisão em classes pobres e ricas, configurando a base para uma sociedade desigual. Existem sujeitos de diferentes classes sociais, que sentem/significam e que, estando em relação com outros sujeitos no mundo, constituem a realidade social da desigualdade, ao mesmo tempo em que se constituem subjetivamente nessa sociedade desigual. O que se deseja afirmar é que o fenômeno da desigualdade social é multideterminado, ou seja, está caracterizado por diversos elementos que o constituem.

Um desses aspectos, pouco estudado, é a dimensão dos sujeitos que colaboram na construção do fenômeno com significações, ou seja, com registros simbólicos que compõem a subjetividade. Esses aspectos não são vistos como consequência da desigualdade, mas são tomados aqui como constitutivos dela. As diferenças de acesso à riqueza, de acesso aos bens culturais e materiais da sociedade, as chamadas diferenças sociais, todas elas são significadas pelos sujeitos que estão na cena social. Essas significações constituem e são constituídas nesse processo; são de cada um e de todos; são subjetividades singulares e sociais. São a dimensão subjetiva da desigualdade social. (BOCK; GONÇALVES, 2005; GONÇALVES; BOCK, 2009).

São poucos os estudos que têm investigado a desigualdade social a partir da

dimensão subjetiva. Há, todavia, alguns autores que, de campos diversos, vêm destacando elementos importantes para compreendermos como as desigualdades sociais são significadas pelos brasileiros. O primeiro elemento é a legitimação das desigualdades sociais a partir de uma lógica meritocrática, fundada em um discurso liberal que explica sucessos e fracassos a partir de esforços individuais, ocultando a sua produção social (BOCK, 1999; SCALON; CANO, 2005; SOUZA, 2009). O segundo ponto que se destaca é a significação da escola como instituição salvadora, a única solução para as desigualdades sociais, correlativa de uma naturalização da má qualidade da instituição escolar pública (CAMPOS et al., 2003; SOUZA, 2009). Por sua vez, o terceiro é o fato de que os brasileiros, especialmente os que pertencem às elites, desresponsabilizam-se pelo quadro de desigualdades em nossa sociedade, atribuindo a culpa dessa realidade ora a um Estado negligente, ora a uma natureza do ser humano caracterizada por traços negativos, egoístas (GONÇALVES FILHO, 1998; REIS, 2000; SCALON; CANO, 2005; SOUZA, 2009; KULNIG, 2010). O quarto elemento apontado por esses estudos, por fim, é a reflexão de que a dominação que as elites exercem sobre as classes pobres não é deliberada e de que as camadas ricas, como as demais, também não percebem ou não compreendem esse mecanismo de produção e de manutenção de uma estrutura social desigual (GONÇALVES FILHO, 1998; SOUZA, 2009).

Neste estudo, para investigar a dimensão subjetiva da desigualdade social no Brasil, escolhemos colocar nosso foco em um recorte da desigual população brasileira: a juventude. Faz-se importante destacar que usamos o termo juventude, em vez de adolescência, como uma opção teórica, para marcar nosso olhar para esse período como uma construção social, cultural e relacional que foi engendrada e significada ao longo de processos históricos (BOCK, 2004; BOCK, 2007; CLÍMACO, 1991). Opomo-nos, assim, à ideia dominante – difundida desde uma psicologia tradicional e da psicanálise

para o senso comum – de adolescência como fase natural e universal do desenvolvimento que desabrocha ao final da infância, como um momento naturalmente conflituoso (GONÇALVES, 2003; OZELLA, 2003).

As condições socioeconômicas em que vivem os 34,1 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos (IBGE, 2011), à semelhança do quadro geral da população brasileira, também são muito desiguais. Isso implica desigualdades no acesso desses sujeitos ao estudo e ao trabalho. Quando falamos em juventude no Brasil, então, faz-se necessário flexionar tal substantivo em número: há juventudes brasileiras, plurais.

Os jovens mais pobres ingressam mais cedo no mercado de trabalho, em condições geralmente precarizadas, e também abandonam os estudos mais cedo quando comparados aos jovens das camadas mais ricas. Esses dedicam-se exclusivamente ao estudo durante um período maior de anos, frequentemente acessando o ensino superior, e ocupam cargos de maior prestígio e maior qualificação no mercado de trabalho. (CORROCHANO et al. 2008; CORBUCCI et al. 2009).

É interessante notar que, apesar de viverem realidades objetivas amplamente diferentes, nossas desiguais juventudes brasileiras têm se assemelhado quanto ao que projetam para seus futuros. Revisando as pesquisas a respeito de projetos de futuro de jovens brasileiros, as quais consideraram as classes socioeconômicas dos sujeitos com que trabalharam, destacamos a centralidade do trabalho para as nossas juventudes, assim como a reprodução do padrão de adulto valorizado socialmente: com família nuclear burguesa e com emprego estável, que possibilita acesso a consumo e lazer (LIEBESNY, 1998; BOCK; LIEBESNY, 2003). Ressaltamos que alguns pesquisadores têm observado nos discursos de seus sujeitos a presença da ideia do esforço individual como meio para se ascender socialmente, explicando sucessos e fracassos (LIEBESNY, 1998; BOCK; LIEBESNY, 2003; MAIA; MANCEBO, 2010).

Com o presente estudo, objetivamos nos inserir nesse conjunto de pesquisas a respeito de projetos de futuro de jovens brasileiros, destacando a importância de compreender esses sujeitos nas totalidades sociais em que se constituem e a que constituem, dialeticamente. Em nossa pesquisa, no entanto, em vez de tomar o estudo de projetos de futuro como objetivo final, utilizamo-los como recursos metodológicos para acessar a dimensão subjetiva da desigualdade social – nosso problema de pesquisa. Vejamos como.

Método

Objetivamos, com esta pesquisa, investigar a dimensão subjetiva da desigualdade social. Para isso, escolhemos trabalhar com dois grupos de jovens de camadas socioeconômicas desiguais de nossa sociedade.¹

Apoiados no referencial teórico da psicologia sócio-histórica, consideramos que sujeitos constituídos em camadas sociais diferentes, com acesso desigual a bens materiais e culturais, significam/sentem também de maneiras diferentes. Assim, ao escolhermos trabalhar com esses dois grupos de sujeitos, que estão em situações socioeconômicas desiguais, pretendemos dar visibilidade a esses diferentes modos de ser, de sentir/significar. Entendemos que a desigualdade social é caracterizada também por diferentes significações e que essas, com certeza, estão constituídas por e constituem o fenômeno da desigualdade social.

A escolha pela cidade de São Paulo deu-se baseada nos estudos de Campos et al. (2003, p. 95), que indicam que as grandes cidades brasileiras (incluía São Paulo):

[...] mais do que centros geradores de riqueza e de decisão, são também visíveis reprodutores de exclusão social. Dentro das fronteiras de cada grande metrópole concentram-se riqueza e pobreza extrema [...].

1- Esta pesquisa obedeceu a todas as recomendações éticas, tendo sido submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa e tendo recebido parecer favorável à sua realização (Parecer nº. 89.826/2012).

Torres et al. (2003) afirmam que, na cidade de São Paulo, a desigualdade entre pobreza e riqueza pode ser pensada a partir da concentração espacial e social, que inclui uma configuração urbana com uma curva negativa dos indicadores sociais à medida que se vai do centro para as periferias, destacando que, não obstante, há uma significativa diversidade entre as periferias da cidade.

Ambos os grupos de sujeitos que selecionamos cursavam o 3º ano do ensino médio. Tal escolha se deu por considerarmos que esses estudantes estão em um momento em que lhes é colocada socialmente a tarefa de pensar a respeito do que desejam para o seu futuro, já que a escolha da profissão desencadeia isso. Entendemos que, em seu projeto de futuro, o sujeito expressa seus valores, seus afetos, suas ideias e compreendemos tal projeto como uma expressão de sentidos que permite que vejamos como o sujeito se vê na sociedade e, também, como percebe a desigualdade social. Ao se descolar de elementos concretos de sua realidade atual e ser chamado a pensar sobre o seu futuro, bem como sobre o futuro de outro jovem pertencente a uma camada socioeconômica desigual, o sujeito pode trazer elementos de como ele percebe as desiguais condições de diferentes sujeitos em nossa sociedade.

Para escolher os locais em que acharíamos nossos grupos de sujeitos ricos e pobres, utilizamos o mapa da exclusão social na cidade de São Paulo, que consta no *Atlas da exclusão social no Brasil* - volume 2, de Campos et al. (2003). Tais autores calcularam o índice de exclusão social de cada bairro de São Paulo, a partir dos indicadores denominados vida digna, conhecimento e vulnerabilidade juvenil. Foram marcados com a cor vermelha os bairros com as piores situações sociais – que coincidem com áreas periféricas – e com a cor verde aqueles com as melhores situações sociais – coincidentes com a região central. Consideramos que tal estudo, apesar de datado de 2003, é o que sintetiza os diferentes indicadores que compõem os quadros da desigualdade social na cidade de São Paulo.

Para verificar se o índice de exclusão social calculado por Campos et al. (2003) ainda retrata a desigualdade social na cidade de São Paulo nos dias atuais, comparamos esse estudo com os dados levantados pela pesquisa a respeito da desigualdade social na cidade de São Paulo, realizada em 2013 pela Rede Nossa São Paulo, em que foram avaliados indicadores sociais para os 44 distritos (bairros) da cidade. A compatibilidade dos resultados de ambos os estudos nos levou, então, aos bairros pobres e ricos da cidade de São Paulo, onde buscamos localizar escolas que atendessem aos sujeitos pobres e ricos que buscávamos.

O primeiro grupo com que trabalhamos era composto por 23 jovens pobres, que estudavam em uma escola pública de um bairro pobre de São Paulo – selecionamos um dos bairros indicados com a cor vermelha por Campos et al. (2003). Tal bairro, pertencente à Zona Sul da cidade, foi construído gradualmente para atender à demanda de moradia de trabalhadores de indústrias da região. A Rede Nossa São Paulo (2013) incluiu o bairro que elegemos entre os quinze distritos com piores indicadores da cidade. Consideramos que, em nossa configuração social atual, é na escola pública, gratuita, que se encontram os jovens que integram famílias das camadas mais pobres da sociedade – especialmente nas instituições localizadas nos bairros com maior vulnerabilidade social.

O segundo grupo era integrado por dezoito jovens ricos, que frequentavam uma escola particular de prestígio localizada em um bairro rico de São Paulo – um daqueles que Campos et al. (2003) indicaram com a cor verde. Tal bairro, localizado na Zona Oeste da cidade, foi planejado e urbanizado como a finalidade de servir como região residencial para camadas ricas. A Rede Nossa São Paulo (2013) incluiu o bairro que escolhemos entre os quinze distritos com melhores indicadores da cidade. Consideramos que, em nossa sociedade hoje, é nas escolas particulares prestigiadas,

que cobram altas mensalidades, que se encontram os jovens de famílias ricas – especialmente nas instituições localizadas nos bairros com menor vulnerabilidade social.

Realizamos uma caracterização socioeconômica dos dois grupos de sujeitos, perguntando-lhes: se já haviam trabalhado – caso afirmativo, em que função –; os graus de escolarização de seus pais e as ocupações dos mesmos. A análise das informações dos dois grupos confirmou a escolha feita por nós de localizarmos os sujeitos a partir das escolas.

Nossos instrumentos foram duas redações a respeito de projetos de futuro. A primeira delas é um instrumento já validado por pesquisas anteriores (LIEBESNY, 1998; BOCK; LIEBESNY, 2003). Seu enunciado pede que o jovem faça projeções para o seu futuro, dez anos depois: “Hoje é dia 25 de setembro de 2022. Você está pensando no que foi e no que tem sido a sua vida nesses últimos 10 anos. Coloque-se nessa situação e conte essa história com detalhes.”

A segunda redação é um instrumento novo, elaborado especificamente para esta pesquisa. Seu enunciado solicita ao jovem rico que imagine como estará, dez anos para a frente, um personagem pobre, e vice-versa: “Hoje é dia 25 de setembro de 2022. Pense em um jovem (um personagem fictício) que se formou no ensino médio, em 2012, em uma escola pública de um bairro pobre/ em uma escola particular de um bairro rico. O que foi e o que tem sido a vida dele nesses últimos 10 anos? Conte a história dele com detalhes.”

Consideramos que as duas redações produzidas pelos jovens são meios para, a partir de suas falas escritas, acessarmos, em um processo construtivo-interpretativo, tal como nos sugere González Rey (2005), as significações – os sentidos subjetivos e os significados (AGUIAR et al. 2009) – desses sujeitos sobre si mesmos, sobre um outro em condição socioeconômica desigual e sobre suas relações em uma sociedade marcada

pela desigualdade social. Nesse processo construtivo-interpretativo, o conhecimento é visto como uma construção do pesquisador, que parte das expressões do sujeito – no nosso caso, em suas redações – e segue na direção de construir um conhecimento que desvele a realidade pesquisada e que vá além da aparência dos fatos, além das significações expressas pelos sujeitos. Nas palavras de Aguiar (2011, p. 131):

[...] cabe ao pesquisador o esforço analítico de ultrapassar essa aparência (essas formas de significação) e ir em busca das determinações (históricas e sociais), que se configuram no plano do sujeito como motivações, necessidades, interesses (que são, portanto, individuais e históricos), para chegar ao sentido atribuído/constituído pelo sujeito.

Para nos aproximarmos dessas significações, selecionamos, *a posteriori*, a partir do contato com as redações produzidas, os temas que se repetiam nos textos de um grande número de sujeitos e, para organizá-los, construímos categorias, que também surgiram do contato com esse material empírico. As categorias produzidas foram as mesmas para os sujeitos pobres e os ricos, de modo a permitir uma comparação entre os dois grupos: esforço pessoal; mudança de vida; ensino médio; ensino superior; trabalho; família; participação política e social; dinheiro e consumo; relações sociais.

Em cada grupo, nomeamos cada categoria à moda do que Aguiar e Ozella (2006) propõem para os núcleos de significação: construímos frases para explicitar a significação básica daquele grupo de sujeitos a respeito dos temas trazidos na categoria.

Análise

O jovem pobre, como vê o seu futuro e como imagina o do outro (personagem rico)

Neste momento, analisaremos o que os jovens pobres projetaram para seus próprios

futuros – nas redações que escreveram sobre si – e o que imaginaram para os futuros de seus personagens ricos – nas redações que escreveram sobre o outro –, refletindo como esse grupo de jovens pobres significa as suas relações com esse outro, rico, em nossa sociedade desigual.

Começaremos apresentando as significações básicas de nosso grupo de sujeitos pobres em cada categoria, por meio das frases que construímos para dar visibilidade a tais significações: eu me esforço; tu não te esforças (esforço pessoal); eu construo a minha vida, pelo esforço; tu destróis a tua, pela ausência de esforços. (mudança de vida); minha escola não me deu boas oportunidades; a tua te deu as melhores (ensino médio); para mim, chegar à faculdade é difícil; para ti, é fácil (ensino superior); eu trabalho porque preciso; tu trabalhas se quiseres (trabalho); minha família será perfeita; a tua já é (família); eu quero mudar a sociedade; tu não queres (participação política e social); eu desejo ter dinheiro – e o aproveitarei bem; tu já o tens – e o desperdiças (dinheiro e consumo); minha relação com meus amigos é útil; a tua relação com os teus é fútil (relações sociais).

Uma significação que perpassa todas as categorias é a da pobreza como falta, carência, impossibilidade, dificuldade. Na projeção do seu futuro, o jovem pobre almeja uma condição diferente daquela que tem. Há uma desvalorização do que ele é, da sua família, das instituições que ele frequenta; há um desejo de superar tudo isso, aproximando-se do que o outro, rico, é.

O esforço pessoal é significado, enfaticamente, pelos nossos jovens pobres como o meio para superar a pobreza e suas difíceis condições de vida. Aparece na forma de um esforço do próprio indivíduo pobre que, diferentemente dos ricos, não pode contar com sua família para garantir sua boa colocação social e profissional. Nesse sentido, o sucesso a que o jovem pobre aspira para seu futuro envolve uma autovalorização, uma vez que é construído com seu próprio suor, a partir de seu próprio mérito.

É a partir dessa máxima do esforço pessoal como valor supremo que nossos jovens pobres pensaram a vida dos personagens ricos que construíram. O jovem rico é significado pelos nossos sujeitos pobres como alguém que, devido às suas boas condições financeiras e familiares, recebe apoio, herança, sorte. Ao mesmo tempo, é visto como alguém que não se esforça, que despreza ou não valoriza adequadamente as oportunidades que lhe são dadas por sua família. Destaca-se uma hostilidade em relação a esse outro, rico, que, mesmo sem precisar se esforçar, mesmo sendo desvalorizando o que tem, mesmo sendo irresponsável, continua, na maioria das vezes, tendo uma boa condição de vida. A exceção a essa lógica foram alguns personagens ricos que, em enredos trágicos, destruíram totalmente as boas oportunidades que receberam.

Nossos jovens pobres veem-se como desiguais: têm uma clara noção de sua diferença em relação a outros, ricos, na sociedade. Entretanto, não apresentam elementos críticos explicativos sobre a sua condição social. Carregam uma visão simplista, naturalizada e ideológica sobre as desigualdades sociais, não considerando que são produzidas socialmente. Ideologia está aqui concebida a partir da visão marxista do termo e pode ser definida como

[...] um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças/ como de classes [...]. (CHAUI, 1997, p. 43).

Esse conjunto de ideias desempenha, portanto, o papel de mistificar e de camuflar

a realidade da desigualdade social, oferecendo uma leitura única, da camada dominante, estendendo-a a toda a sociedade. Segundo as concepções ideológicas carregadas por nossos sujeitos, há pessoas pobres, há pessoas ricas e o elemento decisivo para que saiam de uma condição para a outra é o seu esforço para superar as pedras que encontram no meio de seus caminhos. Mas, se o sucesso não vier, apesar do esforço, restará a condição humilhada e desigual.

O jovem rico, como vê o seu futuro e como imagina o do outro (personagem pobre)

Passaremos agora a analisar o que os jovens ricos projetaram para seus próprios futuros – nas redações que escreveram sobre si – e o que imaginaram para os futuros dos personagens pobres que construíram – nas redações que escreveram sobre o outro –, refletindo como os jovens ricos significam as suas relações com esse outro, pobre, em nossa sociedade desigual.

Apresentaremos as significações básicas de nosso grupo de sujeitos ricos em cada categoria, por meio das frases que construímos para dar visibilidade a tais significações: eu posso, como os meus; tu podes, ao contrário dos teus (esforço pessoal); eu posso seguir os meus sonhos; tu tens que renunciar aos teus (mudança de vida); terminar o ensino médio é, para mim, natural; para ti, é excepcional (ensino médio); eu nasci para fazer faculdade; tu não nasceste para isso (ensino superior); eu escolho o meu trabalho, que é para mim; tu não podes escolher o teu, que é para os outros (trabalho); eu serei independente da minha família; tu serás eternamente dependente da tua (família); eu me engajo para mudar a vida de outros; tu te engajas para mudar a vida dos teus (participação política e social); eu escolho uma vida modesta; a ti, essa vida é imposta (dinheiro e consumo); e minha vida comporta amigos; a tua não (relações sociais).

Nossos jovens ricos se veem no futuro como pessoas bem-sucedidas, que alcançarão os

seus projetos. Isso não acontecerá magicamente: como aspiram à independência em relação às suas famílias, pressupõem que, ao trilhar um caminho próprio, encontrarão algumas dificuldades e precisarão fazer alguns esforços para a consecução de seus objetivos profissionais. Imaginam-se como tendo, nesse futuro, uma boa condição de vida; mais simples, não obstante, do que aquela que possuem seus pais.

Ao construir seus personagens pobres, nossos jovens ricos associam pobreza com situações difíceis da família pobre: pais com trabalho precário, filhos que têm que trabalhar desde cedo para ajudar no sustento da casa – situações que não aparecem quando falam de suas próprias vidas. Enquanto o pobre é identificado com desgraças, problemas e dificuldades, nossos sujeitos ricos se identificam com possibilidades – sem, no entanto, refletir acerca das facilidades que têm. Os nossos jovens ricos traçam suas vidas como modelos, como a meta que deve ser alcançada pelos jovens pobres, por meio de seus esforços.

De fato, o personagem pobre construído por esses sujeitos ricos é alguém que se esforça para superar sua condição social adversa, a fim de atingir o padrão das camadas ricas. O esforço atribuído a esse personagem pobre é muito maior do que o suposto para seus próprios futuros. Tal personagem pobre carrega uma forte significação, apoiada na ideologia do esforço pessoal: a do pobre heroico, que supera sua condição de pobreza por meio de um esforço hercúleo.

É interessante perceber que, se, por um lado, nossos jovens ricos reproduzem essa ideológica imagem do pobre heroico e esforçado, por outro, eles percebem que essa não é a realidade geral das camadas pobres: o jovem pobre que eles constroem nas redações é caracterizado como exceção à sua família e ao seu grupo social. Esse personagem excepcional imaginado pelos nossos sujeitos ricos é recompensado por eles com a obtenção de um mínimo em seu futuro: ganhará um pouco mais de dinheiro, viverá um pouco melhor; no entanto,

jamais atingirá o padrão socioeconômico das camadas ricas. Caracterizam-no como alguém feliz, contraditoriamente a todas as dificuldades traçadas em seu caminho.

Nossos sujeitos da camada rica percebem, enfim, que a realidade deles é bastante distinta daquela dos jovens pobres e também percebem que seus futuros serão distintos. Entretanto, também por esse grupo a desigualdade social é naturalizada: não é criticada e nem pensada em sua produção histórica e social. Há ricos e há pobres, e ponto. Só resta aos pobres o esforço para escapar de um destino ruim.

Esses núcleos constituídos a partir do discurso, que permitiram trazer as significações constituídas pelos jovens pobres e pelos jovens ricos, são, a nosso ver, uma expressão clara da desigualdade, de como é vivida e de como é sentida. Os núcleos pretenderam evidenciar as oposições e, ao mesmo tempo, a naturalização delas. Existem e parecem ser naturais na sua existência. Outro modo de organizar e apresentar os dados é o que segue. São os mesmos dados, agora organizados pelo que se diz do jovem pobre: ele mesmo e o outro; e o jovem rico: ele mesmo e o outro. São esforços analíticos que pretenderam dar maior visibilidade ao que parece invisível aos olhos da sociedade.

O jovem pobre, por ele mesmo e pelo outro

Neste momento, buscando um aprofundamento na compreensão de nossos dados, compararemos a forma como os nossos sujeitos pobres se veem – nas redações que escreveram sobre seus próprios futuros – e o modo como os nossos sujeitos ricos os veem – nas redações que escreveram sobre o futuro de um personagem pobre. Confrontaremos essas significações a partir de algumas categorias, escolhidas por terem aparecido, nos dois grupos de sujeitos, de forma mais expressiva.

Nas categorias “esforço pessoal” e “mudança de vida”, percebemos um desencontro entre, por um lado, a esperança de ascensão social, por meio do esforço individual, que

o jovem pobre traz para o seu futuro e, por outro, a forma determinista pela qual os jovens ricos significam o futuro desse outro, que estaria fadado a continuar em sua condição socioeconômica, a não mudar muito de vida, por mais que faça esforços para isso.

Na categoria “ensino médio”, aparece, entre os jovens pobres, a ideia do estudo como meio que leva necessariamente à ascensão social. Esse raciocínio esconde o fato de que, em nosso país, existem instituições escolares desiguais, o que pode atuar como fator de reprodução das desigualdades já existentes entre sujeitos de diferentes camadas, em que pesem as contradições da escola como instituição que permite, como demonstram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2012), o acesso a salários mais altos. Entre os jovens ricos, por sua vez, destaca-se a significação de que um sujeito pobre terminar o ensino médio é algo excepcional, que só vem por meio de um esforço de superação.

Percebemos que tanto os jovens pobres, ao falarem de si, quanto os jovens ricos, ao falarem do outro, naturalizam a condição de precariedade que percebem na escola pública: não analisam as condições históricas e sociais que produziram um ensino público precarizado, reservado para as classes empobrecidas, e um ensino particular de (poucas) escolas de elite de qualidade, destinado para a camada alta. Se, para os pobres, essa crítica à escola pública pode vir de uma experiência concreta, para os ricos, isso parece se ligar à reprodução de uma ideologia que opõe o público, visto como algo ruim, ao privado, visto como algo excelente.

Na categoria “ensino superior”, os jovens pobres manifestam o desejo de ingressar em universidades públicas de renome, como USP e UNICAMP, e também de entrar em cursos prestigiados, como direito, medicina e engenharia. Apresentam, além de muitas dúvidas sobre a escolha da profissão, um relativo desconhecimento sobre o acesso ao ensino superior, com poucas informações sobre os vestibulares, sobre a política de cotas sociais

em universidades públicas ou sobre o ProUni, forma de ingresso em instituições privadas.

Já os jovens ricos pensam que ingressar no ensino superior não é um processo fácil para os pobres. Às vezes, não percebem que essa é, em absoluto, uma possibilidade para os jovens dessa camada. Os nossos sujeitos ricos imaginam que, se alguém pobre consegue entrar na universidade, é por meio de muitos esforços, e é em uma universidade particular, paga por meio de seu próprio trabalho; se for em universidade pública, não será na primeira opção. Delineia-se, entre os jovens ricos, a significação de que quem é pobre não pode escolher.

Na categoria “trabalho”, notamos que os jovens pobres valorizam o trabalho e desejam conseguir bons empregos nas áreas que escolheram. Querem realizar sonhos profissionais, tornar-se independentes, ascender socialmente via trabalho e obter acesso a dinheiro e consumo. Para alcançar essas metas, preveem a necessidade de trabalhar durante o ensino superior, para pagar os seus cursos. Querem ter profissões reconhecidas, ser jornalistas, psicólogos, *designers*, médicos, bailarinos, *chefs* de cozinha, biólogos, músicos, dentistas, maquiadores, professores, militares etc.

O grupo de jovens ricos, por sua vez, percebe os jovens pobres como indivíduos que começam a trabalhar cedo, para contribuir com o sustento familiar – muitas vezes largando a escola para trabalhar – e também para pagar o seu cursinho ou a sua faculdade. Os nossos sujeitos ricos acreditam que, no futuro, os jovens pobres estarão realizando trabalhos precarizados, em subempregos. Serão lixeiros, faxineiros, caixas, engraxates, cobradores de ônibus, garçons, mecânicos etc. Podem até sonhar em ser advogados ou médicos, mas isso é (quase) impossível, a não ser a partir de um esforço pessoal hercúleo. Mais uma vez, destaca-se a significação de que pobre não pode escolher: tem que aceitar o (sub)emprego que vem.

Na categoria “família”, chama atenção o desencontro entre a família imaginada

pelos jovens ricos para os seus personagens pobres e a família que nossos sujeitos pobres descrevem. Os jovens ricos supõem uma família desprovida para os pobres; uma família que não tem dinheiro e que precisará eternamente ser sustentada por seus filhos, fadados a trabalhar em subempregos para prover para os familiares. Além disso, os jovens ricos imaginam, para os pobres, uma configuração familiar que comporta múltiplas formas de dificuldades: a ausência de um pai, prisões, doenças etc. Não é a partir dessa ótica que o nosso grupo de jovens pobres enxerga os seus familiares, e sim a partir do apoio, muito valorizado, que recebe deles. Esses jovens também apresentam, para seu futuro, o desejo de formar suas próprias famílias, casando e tendo filhos.

O jovem rico, por ele mesmo e pelo outro

Passamos agora a comparar a forma como nossos sujeitos ricos se veem – nas redações que escreveram sobre seus próprios futuros – e o modo como nossos sujeitos pobres o veem – nas redações que escreveram sobre o futuro de um personagem rico. Como na seção anterior, confrontaremos essas significações a partir das categorias que apareceram com maior expressão, nos dois grupos de sujeitos.

Nas categorias “esforço pessoal” e “mudança de vida”, percebemos que o esforço pessoal aparece de forma muito menos enfática quando tomamos em análise os nossos sujeitos ricos – seja no que falam sobre si, seja no que os jovens pobres falam sobre esse outro. Os jovens ricos trazem pouquíssimas respostas sobre a presença do esforço pessoal nos seus futuros – quando aparece, é direcionado ao sucesso de seus empreendimentos profissionais. Quanto às mudanças que preveem para suas vidas, destaca-se a ideia de que, devido às dificuldades que experimentarão no futuro em função do desejo de seguir um caminho independente de suas famílias, alguns sonhos poderão ser realizados e outros não.

Entre o grupo dos jovens pobres, por sua vez, ressaltam-se significações de que quem

é rico não precisa ou não quer se esforçar. Nossos jovens pobres imaginam diferentes consequências para seus personagens ricos, devido a essa falta de esforços: ou eles terão boas vidas, mas nunca conhecerão o valor de conseguir as coisas por mérito, ou arruinarão as suas vidas ao desperdiçar as oportunidades que receberam, em enredos novelescos trágicos que envolvem mortes, uso de drogas etc.

Na categoria “ensino médio”, percebemos que tanto os jovens ricos, quando falam de si, quanto os jovens pobres, quando falam do outro, demonstram uma exaltação do que é dos ricos. No contexto de valorização do que é privado, ideologia que corre em nossa sociedade, a escola particular que atende à camada rica é vista como instituição idealizada. Entre o grupo dos jovens pobres, essa idealização se destaca fortemente: as escolas dos ricos são significadas como as melhores, que dão preparação certa, ensino de qualidade e boas oportunidades. A respeito de seu ensino médio, os jovens ricos falam das festas e viagens, o que caracteriza a experiência de formatura em colégios da camada rica.

Na categoria “ensino superior”, também se destaca a valorização do estilo de vida dos ricos, que é colocado como ideal. Os jovens pobres idealizam as possibilidades de ensino superior que o rico tem: ele está preparado por sua escola e sua família e, por isso, pode passar com facilidade no vestibular; entrar em boas universidades particulares, pagas sem dificuldade por seus pais; ter um ensino de qualidade e acessar boas oportunidades. Tudo isso sem fazer esforços. Os cursos que os ricos desejariam fazer seriam os mais procurados e prestigiados: engenharia, direito, medicina, economia.

Os jovens ricos descrevem seus projetos de cursar o ensino superior com uma impressionante riqueza de detalhes, traçando um percurso por várias instituições de prestígio nacionais e internacionais, começando na graduação e se estendendo até o doutorado. Valorizam, ainda, a faculdade como um momento de mudanças e de descobertas. Procuram cursos com boa aceitação

social, mas chama atenção a ausência da tradicional tríade direito-medicina-engenharia; destacam-se os cursos ligados a atividades de criação ou artísticas.

Na categoria “trabalho”, enfatizamos o desencontro entre as profissões que os jovens ricos desejam para si e aquelas que o grupo de jovens pobres supõe para os futuros desses outros. Os jovens pobres constroem um personagem rico que teria profissões de prestígio e/ou de poder, em posições de chefia: médico, gerente, presidente ou dono de empresa, advogado etc. Os nossos jovens ricos, por sua vez, querem ser pesquisadores, professores, diretores ou presidentes, publicitários, urbanistas, pianistas, economistas, matemáticos etc. Querem trabalhar em profissões menos tradicionais e ocupar posições mais modestas do que aquelas que os jovens pobres supõem para si.

Os jovens pobres imaginam, ainda, um jovem rico que, sem esforços, conseguiria empregos, através da rede de contatos dos seus pais ou então na empresa da própria família. Esperam que os jovens da camada rica sigam a profissão de seus pais e que deem continuidade aos seus negócios. Em contrapartida, os jovens ricos querem conseguir empregos e escolher profissões por si mesmos, em vez de se acomodarem em colocações no mercado garantidas pelas redes de contatos dos pais. Para os jovens ricos, a significação principal do trabalho é a conquista de independência em relação a suas famílias. Desejam um trabalho que lhes permita realizar seus sonhos e que possibilite tempo livre.

Na categoria “família”, da mesma forma, há uma idealização da família dos ricos pelos nossos jovens pobres. Esses parecem acreditar que ter uma família rica é essencial para se obter sucesso na vida. Imaginam para o rico uma família boa, bem relacionada, que se orgulha dos filhos e apoia em seus projetos, principalmente no plano financeiro. A família dos jovens ricos garantiria os seus futuros, ajudando-os a conseguir empregos por meio de

seus contatos ou passando para eles o controle dos negócios familiares.

Em sentido diverso, os jovens ricos de nossa pesquisa atribuem pouca importância ao pertencimento a uma família rica para que se tenha um futuro bom, tal como os sujeitos pesquisados por Kulnig (2010), Scalon e Cano (2005). Em vez de se acomodarem com as riquezas e facilidades familiares, desejam se descolar da superproteção familiar em busca de seus próprios caminhos, ainda que isso signifique levar uma vida com (moderadas) dificuldades financeiras e com menos conforto. Eles desejam também construir uma nova família, mas apenas depois de se estabilizarem profissionalmente.

Considerações finais

Ao começarmos essas considerações – chamadas finais pelo momento em que aparecem, e não porque pretendamos que nossas reflexões esgotem a questão de pesquisa –, voltamos ao nosso objetivo: estudar a dimensão subjetiva da desigualdade social, por meio dos projetos de futuro de jovens ricos e pobres.

Consideramos que os projetos de futuro que estudamos deram visibilidade a significações que estão postas em nossa sociedade e que parecem condições importantes para a manutenção das desigualdades sociais. Entre essas significações, destaca-se a de que o rico e o seu padrão de vida são melhores e de que o pobre e suas condições são piores. Isso atravessa muito claramente as falas de nossos sujeitos dos dois grupos, em todas as categorias que construímos e analisamos. Configura-se a afirmação de um determinado padrão de vida: o das elites.

A desigualdade social aparece significada como um dado natural da organização social e justificada como fruto de um esforço pessoal e/ou de uma herança familiar. Está claro para todos os sujeitos, independente de suas camadas sociais, que há uma desigualdade na distribuição concreta de recursos em nossa

sociedade. Não obstante, isso é legitimado por uma lógica centrada no sujeito, como todas as explicações fundadas no pensamento liberal: pelo esforço, pela força de vontade de cada um. Não se olha, de fato, para esse sujeito tal como ele é: constituído no mundo, em suas relações sociais. Pensa-se em um sujeito abstrato, definido a partir de características e de potencialidades naturais e individuais.

O estudo da dimensão subjetiva da desigualdade faz-se importante para que, de fato, olhemos para os sujeitos tal como se constituem: em relação com os outros, no mundo. Um sujeito que não se autoproduz como bem-sucedido ou fracassado a partir do que seria a sua natureza ou do desenvolvimento do que seriam potencialidades que já existiriam em sua essência, esperando apenas para serem estimuladas.

Os jovens ricos e pobres com que trabalhamos não se autoproduziram. As significações que apresentam sobre si mesmos, sobre o outro e sobre suas relações também não se autoproduziram e nem devem ser analisadas como construções individuais, embora se manifestem de forma singular em cada um dos jovens com que trabalhamos. As significações que aprendemos com nosso trabalho de análise das redações desses jovens foram constituídas em suas relações com os outros, na totalidade social em que estão: em suas relações familiares, em seus contatos sociais, na educação que receberam na escola, no exemplo de pessoas próximas, no discurso que chega até eles através da mídia etc.

A ideologia liberal oculta a produção social dos fenômenos, oferecendo aos sujeitos justificativas para as desigualdades sociais a partir de uma lógica meritocrática e individualista. No entanto, nossos sujeitos percebem e sentem tais desigualdades. Eles vivenciam experiências de desigualdade cotidianamente. Os jovens pobres sentem a humilhação social descrita por Gonçalves Filho (1998), que os rebaixa, que os faz passar a se comportar como se fossem, de fato, piores. Os jovens ricos também percebem as desigualdades: percebem que têm acesso a

coisas que os outros não têm, que podem o que outros não podem, sensibilizam-se com a condição de pessoas pobres mais próximas. Nesse desencontro entre o que se sente, o que se percebe em nossa desigual sociedade e entre as explicações ideológicas que camuflam a produção social e histórica da desigualdade social, constituem-se afetos contraditórios, que escapam, por vezes, em alguma fala.

Para além do que foi dito explicitamente por nossos sujeitos, interessa-nos, neste momento, refletir um pouco a respeito do que não foi dito por eles. Um primeiro elemento a ser trazido para esta discussão é o desconhecimento que uma camada tem sobre a outra. Pode-se indicar aqui a realidade espacial da cidade de São Paulo como um fator importante para esse distanciamento. “A obscena desigualdade que existe na sociedade brasileira se manifesta na enorme segregação que se observa em nossas cidades” (VILLAÇA, 2011, p. 56). Bonduki (2011, p. 25) completa a ideia com a afirmação de que “A desigualdade urbana, funcional e social se aprofunda, gerando uma cidade partida e segregada”, onde um segmento desconhece a condição de vida do outro. Entre os mais pobres, poderíamos hipotetizar que a frequência ao setor mais rico permite certo conhecimento, mas, ao contrário, parece haver uma enorme distância.

Outro elemento importante é que nos parece que os jovens com que trabalhamos, ao serem convocados diretamente a falar sobre o outro, falam muitas vezes a partir de uma posição diplomática, que tanto poupa o seu interlocutor de receber significações carregadas de afetos sobre esse outro, quanto poupa o personagem que construíram de encarnar o destino imaginado para os sujeitos de sua camada social. Há uma cordialidade que parece perpassar todas as histórias, todos os enredos, salvando todos os personagens do que seria a sua sina, por analogia com os seus.

Os jovens pobres são polidos com os personagens ricos que criam. As suas manifestações poderiam ser carregadas de raiva e de inconformidade por haver pessoas, cidadãos como eles, desfrutando de luxos impensáveis

enquanto eles estão em uma situação de pobreza; no entanto, não o são. O jovem pobre poupa o outro: não diz que o rico é responsável pela sua situação de pobreza, não o hostiliza. Ao menos, não diretamente. Percebemos que alguns de nossos sujeitos pobres manifestaram um ressentimento em relação aos ricos nos futuros desastrosos que construíram para eles. Mas, ainda assim, não os acusaram de nada além de não terem aproveitado as oportunidades que ganharam, de graça, por meio da riqueza de sua família.

O rico, mais do que o pobre, é diplomático. Souza (2009) refletiu, em sua pesquisa, sobre o fato de que as camadas médias e altas conhecem um pouco mais os procedimentos de pesquisa e têm, por sua bagagem cultural e relacional, uma ideia mais nítida do que os pesquisadores esperam ouvir. Entre os jovens ricos, nota-se mais claramente a presença de um discurso politicamente correto sobre esse outro, pobre, que, em vez de sucumbir ao destino dos seus, eleva-se um pouco mais, via estudos e trabalhos, e consegue realizar alguns dos seus sonhos – embora não chegue a se assemelhar à camada rica. Nossos sujeitos ricos não têm, como o pobre, motivos para ter ressentimentos do outro, pois já estão em boas condições sociais. Estão mais propensos a, como afirma Gonçalves Filho (1998), cristalizar-se em um lugar de quem é compreensivo com o outro, de quem doa para o outro, de quem procura ajudá-lo.

Observamos que, ao mesmo tempo em que descrevem dificuldades na vida do jovem pobre, os jovens ricos, contraditoriamente, afirmam que ele é feliz. O pobre que eles caracterizam não é, em nenhum momento, o pobre violento e perigoso, associado à marginalidade, que descrevem outras pesquisas a respeito das imagens que a subjetividade social carrega das camadas empobrecidas (REIS, 2000; COIMBRA, 2001; CAMPOS et al. 2004; KULNIG, 2010). É um pobre ideal, heroico, que vence as adversidades por meio de seu esforço pessoal.

Em um processo construtivo-interpretativo, que busca ir além da aparência do que os sujeitos expressam para dar visibilidade

às determinações históricas e sociais que constituem o fenômeno que estudamos, podemos considerar que esse movimento de nossos sujeitos, que chamamos aqui de silenciamento, não se configura como ausência de falas, e sim como um falar que oculta, um falar que não diz. Cabe refletir que isso pode ter sido gerado pelos procedimentos da pesquisa, que, ao que parece, auxiliaram a dar visibilidade a um aspecto importante do fenômeno social que estudamos: primeiramente, pedimos aos jovens que escrevessem redações a respeito de seus próprios futuros. Em seguida, expusemos esses sujeitos à situação de ter que escrever sobre um outro pertencente a uma camada social desigual. Pensamos que, ao ser colocado diante da necessidade de escrever sobre um outro depois de já ter descrito um futuro – em geral positivo – para si, o nosso participante pode ter se visto confrontado com a desigualdade social da qual ele tem consciência, que o incomoda, mas que permanece como um enigma. Diante disso, um silenciamento – com um discurso cuidadoso, politicamente correto – pode ter se configurado como saída para essa difícil missão de falar de algo que, afinal, sabemos que existe, mas de que não se fala em nossa sociedade.

Desse modo, consideramos que nossos procedimentos nos trouxeram um dado muito interessante, que pode e deve se constituir como elemento de consideração final da pesquisa: o de que, quando solicitados a se manifestar sobre o outro desigual, silenciámos – todos – sobre a realidade que não pode e não deve ser dita. É, então, o silenciamento dos nossos sujeitos, a sua indisposição de falar sobre o outro desigual, a sua diplomacia e a sua polidez que nos levam a suspeitar de que a desigualdade social é algo que permanece ocultado em cada um de nós, assim como em nossa sociedade, mas que incomoda a todos nós. As afirmações polidas sobre o outro podem ocultar as significações subjacentes que não devem ser ditas. Assim, quando se afirma o esforço e o sucesso do pobre, oculta-se a certeza

de um destino sofrido; quando se afirma o inevitável sucesso do rico, oculta-se a certeza do jogo de cartas marcadas. A desigualdade é nossa conhecida, mas preferimos não apresentá-la. Acreditamos que os jovens tenham consciência da desigualdade que marca nossa sociedade, mas que se distanciam dela em suas falas. É esse movimento que estamos, aqui, genericamente, nomeando de silenciamento e indicando, em nossas conclusões, como elemento significativo da dimensão subjetiva da desigualdade social.

Entendemos que nosso estudo deu visibilidade a alguns dos aspectos que compõem a dimensão subjetiva da desigualdade social. O que se fala carrega muitos elementos subjetivos que caracterizam a desigualdade social. No entanto, é preciso ir para além do que aparece no que se fala; há que se buscar a desigualdade também nos não-ditos, nos silêncios, no que se tenta ocultar e que a torna um fenômeno invisível, naturalizado e aceito socialmente.

Referências

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: AGUIAR, Wanda Maria Junqueira et al. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 129-140.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira et al. Reflexões sobre sentidos e significados. In: AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marquina (Org.). **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 54-72.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.

BARROS, Ricardo Paes de et al. Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade no Brasil. In: BARROS, Ricardo Paes de; CASTRO, Jorge Abraham; VAZ, Fábio Monteiro (Org.). **Situação social brasileira: monitoramento das condições de vida**. Brasília, DF: IPEA, 2011. p. 24-39.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, jan./jun. 2007.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, abr. 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Aventuras do barão de Münchhausen na psicologia**. São Paulo: Cortez, 1999. 207 p.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marquina. Subjetividade: o sujeito e a dimensão subjetiva dos fatos. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; REY, Fernando González (Org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. p. 109-125.

BOCK, Ana Mercês Bahia; LIEBESNY, Bronia. Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 203-222.

BONDUKI, Nabil. O modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo precisa ser revertido. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 23-36, 2011.

CAMPOS, André et al. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2003. 168 p.

CAMPOS, André et al. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. 208 p.

CHAUÍ, Marilena **O que é ideologia**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

CLÍMACO, Adélia. **Repensando as concepções de adolescência**. 1991. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor: Intertexto, 2001. 276 p.

CORBUCCI, Paulo Roberto et al. Situação educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO, Jorge Abraham; AQUINO, Luceni Maria Cordeiro; ANDRADE, Carla Coelho (Org.). **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2009. p. 91-108.

CORROCHANO, Maria Carla et al. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa: Instituto Ibi, 2008. 91 p.

GONÇALVES, Maria da Graça Marquina. Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva: um estudo das produções dirigidas aos jovens. In: GONÇALVES, Maria da Graça Marquina; OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 41-62.

GONÇALVES, Maria da Graça Marquina; BOCK, Ana Mercês Bahia. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: GONÇALVES, Maria da Graça Marquina; BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009. p.116-157.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhações: um problema político em psicologia. **Revista Psicologia USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005. 205 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese dos indicadores 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 288 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese dos indicadores 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 272 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011. 265 p.

KULNIG, Rita de Cássia Mitleg. **Educação e desigualdade social: um estudo com jovens de elite**. 2010. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIEBESNY, Bronia **Trabalhar... para que serve?** O lugar do trabalho no projeto de vida de adolescentes de 8ª série do 1º grau. 1998. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira; MANCEBO, Deise. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 376-389, 2010.

MEDEIROS, Marcelo **O que faz os ricos**. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2005. 299 p.

OZELLA, Sérgio. A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p.17-40.

POCHMANN, Márcio. Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A nova classe média no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013. p.156-170

POCHMANN, Márcio. Mudança social recente no Brasil. In: Pochmann, Márcio; Castro, Jorge Abraham; Vaz, Fábio Monteiro (Org.). **Situação social brasileira: monitoramento das condições de vida**. Brasília, DF: IPEA, 2011. p. 62-72.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **O combate à desigualdade**. São Paulo: [s. n.], 2013. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/Combate-a-desigualdade.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

REIS, Eduardo Paiva. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 42-152, 2000.

SCALON, Marina Corrêa; CANO, Ignácio. Legitimação e aceitação: como os brasileiros sobrevivem às desigualdades. In: SCALON, Marina Corrêa; GACITUÁ-MARIÓ, Estanislao; WOOLCOCK, Michael (Org.). **Exclusão social e mobilidade no Brasil**. Brasília, DF: IPEA: Banco Mundial, 2005. p. 113-132.

SOARES, Sergei. Desigualdade de renda. In: CASTRO, Jorge Abraham; VAZ, Fábio Monteiro (Org.). **Situação social brasileira: monitoramento das condições de vida**. Brasília, DF: IPEA, 2011. p. 40-48.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 483 p.

TORRES, Haroldo da Gama et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.

VILLAÇA, Flávia. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 1, n. 1, p: 37-58, 1987.

Recebido em: 22.05.2014

Aprovado em: 25.11.2014

Ana Luísa de Marsillac Melsert é psicóloga formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em psicologia da educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ana Mercês Bahia Bock é psicóloga, doutora em psicologia social. Professora titular do Departamento de Psicologia Social da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação e na graduação em psicologia da PUCSP.